

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com



STF julga regra da Reforma da Previdência que atinge aposentadoria por incapacidade

Os ministros Luiz Fux e Gilmar Mendes vão decidir, em julgamento presencial, a constitucionalidade da regra da Reforma da Previdência aprovada em 2019 (EC 103/2019), que alterou o benefício para quem se aposenta por incapacidade causada por doença grave, contagiosa ou incurável. Até a aprovação das mudanças, o pagamento da aposentadoria era integral. Hoje a regra em vigor estabelece o valor mínimo de 60% da média aritmética dos salários do trabalhador, com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder 20 anos. O placar está em cinco a quatro pela inconstitucionalidade, em plenário virtual, mas um pedido de destaque do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, levará o caso para a discussão cara a cara. A discussão tem repercussão geral.

Mauro Campbell será homenageado na obra “Visão Jurídica Pós-1988”

“Um manauara nacional” — é assim que o jurista Roberto Rosas define, no prefácio, o homenageado da obra *Visão Jurídica Pós-1988* o ministro do STJ Mauro Campbell Marques, atual corregedor nacional de Justiça.



Gustavo Lima/STJ

O lançamento da coletânea especial está marcado para hoje (04/12), às 19h, no Espaço Cultural STJ, em Brasília. Com apresentação do ex-presidente da República José Sarney e organização de André de Azevedo Machado, assessor-chefe da Corregedoria Nacional, o livro concentra 42 artigos assinados por ministros do STF e do STJ, além de grandes nomes do mundo jurídico.

Solução para 24 milhões de processos

Único representante da Região Norte e do estado do Amazonas nos tribunais superiores do país, Campbell Marques foi o relator de processos importantes para a construção da jurisprudência brasileira, a exemplo dos Temas 566 a 571, que, julgados sob o rito dos recursos repetitivos, solucionaram à época cerca de 24 milhões de processos. No CNJ, o ministro tem promovido inovações na organização dos serviços extrajudiciais e reforçado a atuação de programas institucionais para a efetivação de direitos fundamentais.

Uma abordagem inovadora sobre governança em segurança alimentar e nutricional

A jurista Mariana Amorim Murta defendeu a tese *Migalhas Além da Fome* no programa de doutorado em direito e políticas públicas do Ceub, analisando a efetividade do direito humano à alimentação adequada nas políticas públicas brasileiras. Sob orientação do professor e coordenador do programa, Marcelo Dias Varella, o trabalho foi aprovado com distinção e indicado ao prêmio de Melhor Tese do Ano. A pesquisa se destaca por apresentar uma abordagem inovadora sobre governança em segurança alimentar e nutricional. Reconhecida pela originalidade e pelo rigor metodológico, a tese também foi selecionada para integrar a Biblioteca de Referência em Políticas Públicas. Além da contribuição original, o estudo reafirma a centralidade da alimentação adequada no debate constitucional e nas agendas de desenvolvimento.



Arquivo pessoal

Mulheres no controle

Quem disse que controle externo não pode ser tema para um bom bate-papo com histórias inspiradoras? No IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (IV CITC), a ideia de um podcast ganhou vida com a iniciativa das auditoras de controle externo Cíntia Thomazi, do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), e Simony Jin, do Tribunal de Contas do Mato Grosso (TCE-MT). O podcast *Mulheres no Controle* foi criado para dar voz às auditoras que atuam nos Tribunais de Contas, compartilhando experiências inspiradoras e mostrando seu impacto na eficiência e transparência do serviço público. O conselheiro do TCDF Renato Rainha, considerado o “padrinho do projeto”, reforçou a importância de iniciativas desse tipo. “É importante divulgar e fortalecer a participação das mulheres no controle, para que isso sirva de exemplo e incentive a presença feminina em todos os setores da sociedade”, elogiou.



Divulgação/TCDF



Rosinei Coutinho/STF

“É inegável a tentativa de deslegitimar o poder Judiciário. Não foi só em relação à Justiça Eleitoral, em relação a todo o Poder Judiciário. Isso não só no Brasil, isso no mundo todo. Mas por que no Brasil isso foi mais forte? Porque o Poder Judiciário no Brasil é mais forte”

Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF)

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press.



Helio Montferre/Esp. CB/D.A. Press



Medalha mérito Rui Barbosa

O Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB aprovou os nomes do advogado Marcus Vinicius Furtado Coêlho — ex-presidente da Ordem —, e da ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Vera Lúcia Santana Araújo para receberem a Medalha Rui Barbosa. A honraria, considerada a mais alta comenda da advocacia brasileira, será entregue durante a Conferência Nacional da Advocacia, que ocorrerá no próximo ano. O presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, ressaltou que a nova regra no Regulamento Geral da OAB, aprovada em 2024, garante, a cada mandato, que um homem e uma mulher sejam agraciados com a Medalha Rui Barbosa.

Belas escolhas

Ex-conselheiro federal da OAB e atual integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o advogado Rodrigo Badaró elogiou as escolhas da Ordem. “A diretoria da OAB brilhou na nomeação seguindo a paridade de gênero e o tamanho dos homenageados, condizentes com a maior comenda da instituição. Verinha é exemplo de luta, advogada militante e combativa, sempre ativa na defesa das pautas necessárias e às vezes esquecidas, e com coragem extraordinária, orgulha a advocacia e qualquer cidadão de bem”, ressaltou Badaró. “Marcus Vinicius é o bâtonnier de sempre, líder nato da advocacia, liderança conquistada pelo respeito ao próximo e por suas lutas pela classe. Uma referência e inspiração para gerações. Cumpre seu papel como farol e maestro nos grandes debates nacionais”, enalteceu.